

ESCRavidÃO E BENS NO RECIFE NO LIMiAR DO SÉCULO XIX

Gian Carlo de Melo Silva*

RESUMO

Neste artigo vamos caminhar pelo campo da economia. Apresentaremos dados referentes aos valores de escravos encontrados nos inventários existentes para o Recife na segunda metade do século XVIII e início do XIX. O nosso principal intuito é observar quais as variações dos preços de cativos na época, comparando dados na África e em Pernambuco. A partir de tais dados intentamos materializar o significado de possuir um cativo e o que tal posse significou em pecúlio quando comparado com outros bens, desde morada de casas até aos adornos de ouro.

Palavras-chave: Escravidão, Bens, Mercado, Recife.

ABSTRACT

In this article we will walk through the field of economics. We will present data on values of slaves found in existing inventory to Recife in the second half of the eighteenth century and early nineteenth centuries. Our main aim is to see which variations in prices of captives at the time, comparing data in Africa and Pernambuco. From such data we intended to materialize the meaning of owning a captive and what that meant in possession annuity when compared with other goods, from dwelling houses by the gold ornaments.

Keywords: Slavery, Property, Market, Recife

Os escravos constituíam-se como uma mercadoria e foram fundamentais para o funcionamento da sociedade colonial em toda América Portuguesa, pois foram eles que exerceram, seja no campo ou nas áreas mais urbanas, os principais papéis na movimentação do cotidiano. Tal caráter foi observado por Gilberto Freyre que os qualificou, ao lado dos portugueses, como colonizadores, ponto no qual concordamos e acrescentamos que além de ser a força “motriz”, os cativos e seus descendentes conseguiram perpetrar novas formas de

Artigo recebido em 17 de agosto de 2014 e aceito em 02 de setembro de 2014.

* Professor Adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas - Ufal. E-mail: giancmelo@hotmail.com

existência e constituíram possibilidades de reconhecimento e significação do novo que caracterizou os contatos ocorridos no Brasil colonial ao longo dos seus mais de três séculos de existência (FREYRE, 2006).

O seu valor, para além de um simples bem que sofreu variações do mercado, no Brasil e na África, tinha e tem significados para história da formação social brasileira. Circulando nos engenhos, nos seus arredores, realizando o leva e traz de mercadorias, informações e culturas, o escravo foi um elemento social que conseguiu deixar suas marcas na realidade em que estiveram inseridos. Em alguns momentos assimilando o comportamento dos seus senhores, em outros emprestando o tom, a cor, dando um significado só seu, ao que devolveia como para sociedade.

Possuir um cativo significou mais do que ter um bem, angariava ao dono uma nova ou maior condição, uma espécie de valor simbólico que não era acessível para todos. Entretanto, existia uma lógica de mercado, esses cativos não estavam em oferta por todos os locais, as engrenagens cotidianas possibilitaram a existência de mercados organizados, com circulação de clientes e produtos para exibição e compra. Em Recife, por exemplo, já é clássica a imagem de Zacharias Wagener que mostra a antiga Rua dos Judeus, atual Rua do Bom Jesus, com o mercado de escravos que existia na localidade, não por acaso um local próximo ao porto.



WAGENER, Zacharias. Mercado de escravos em Recife. Século XVII.

Como já afirmamos possuir cativos na época era uma necessidade, algo que pode ser comparado com outros símbolos que auferiam distinção aos seus detentores durante a escravidão. Contudo, não foram todos que conseguiram acumular o pecúlio necessário para Transversos, Rio de Janeiro, v. 02, n. 02, mar. - set. 2014. p. 108-120 | www.transversos.com.br 109

efetuar a compra deste bem. Ao longo dos séculos o fluxo de escravos atendia a uma demanda, principalmente americana a partir do XVII, por mão de obra para lavoura, depois para mineração e a cafeeicultura só para citarmos a produção e os produtos que mais se destacaram no Brasil.

Em Pernambuco essa demanda vinha especialmente dos engenhos instalados na região, os demais escravos foram inseridos no cotidiano urbano das Vilas de Olinda, Recife e Igarassu e em outros espaços interligados do litoral ao sertão. Estes cativos poderiam ser encontrados trabalhando no porto, levando e trazendo mercadorias, carregando seus senhores, vendendo quitutes nos tabuleiros, fabricando pão ou vendendo velas, só para citarmos algumas das atividades registradas no cotidiano colonial.

O preço do cativo variava de acordo com suas qualificações como qualquer mercadoria ofertada no mercado. Algumas qualidades do “produto” que influenciavam no seu valor eram atribuídas ainda no momento de sua compra na África, como é possível observarmos nas palavras abaixo sobre a importância da estatura do negro, pois

uma peça com mais de 1m,82, sem defeitos físicos e com 25 anos de idade era diamante de primeira água. Abaixo de 1,65 ou cinco pés, perdia muito valor. A falta de um dente, dedo, uma belide desvalorizavam as peças. Dois pretinhos, de boa aparência de 5 a 10 anos valiam por uma peça, três entre 10 e 15 anos por duas. Tinham futuro nos eitos da América. Valiam muito menos as mulheres. E se traziam filhos lactantes estas eram tidas à conta de quantidades desprezíveis, tanto mais quanto se tornava muito provável que durante a jornada oceânica desaparecessem oferecidos os seus cadáveres à voracidade dos tubarões. (TAUNAY, In: SILVA, 1988: p.181)

Uma verdadeira mercadoria, escolhida e valorizada por seus aspectos de perfeição e força, mesmo que para isso fosse preciso ocorrer falsificações, feitas pelos vendedores para enganar os seus clientes na outra margem do Atlântico. Entre estas fraudes, que visavam esconder defeitos ou principalmente a idade existia uma “técnica” empregada que consistia em raspar os pelos dos cativos mais velhos com o uso da navalha, em especial no rosto, mas quando estes insistiam em aparecer ou deixar vestígios de sua existência “friccionam a pele com pedrahume, deixando-a unida e macia como se nunca tivera barba” (*Idem*: p.182). Assim, com uma pele nova, escondiam a idade da mercadoria, valorizando o seu preço. Como descobrir a fraude no momento da compra? Só existia uma maneira, passar a língua “pelos lugares onde o pelo

poderia crescer” (*Idem*), tática que provavelmente nem todos os compradores foram capazes de desvendar ou realizar.

Entre as qualidades que escapavam das fraudes algumas delas são vislumbradas ao observarmos o quadro abaixo, que aponta a idade, origem, função e o valor dos cativos da família Brainer que viveu no Recife setecentista. Todos os cativos que foram passados por dote para as filhas e os demais que pertenciam à família eram nascidos na África e dedicados ao serviço da casa, detalhes que só nos são revelados por conta da morte do patriarca no ano de 1811 e a posterior abertura do seu inventário. Devido à existência de vários herdeiros, as filhas que tinham recebido dote tiveram que incorporar novamente seus bens na avaliação para divisão igualitária com todos os descendentes². Entre todos os bens deixados, com exceção de um “sítio de terras”, os mais valiosos eram os cativos e compunham um total de onze peças que tinham os seus serviços determinados, como podemos perceber no quadro que segue:

Escravos da Família Brainer				
Nome	Origem/Nação	Idade	Serviço	Valor ³
Manuel	Congo	20	Casa	90\$000*
Joana	Rebolo	20	Casa	110\$000
Bernardo	Angola	30	Casa	30\$000*
Antonio	Angola	20	Casa	110\$000
Matias	Angola	20	Casa	110\$000
Tereza	Angola	-	-	110\$000
Izabel	Angola	20	Casa	110\$000
Domingos	Angola	25	Casa	110\$000
Joaquim	Angola	40	Sítio	100\$000
Manoel	Angola	30	Sítio	120\$000
Vicente	Angola	25	Sítio	80\$000*
João	Angola	28	Sítio	80\$000*

Fonte: Inventário de Henrique Jozé Brainer - 1811. IHAGPE

A compra de africanos, teoricamente vindos da região de Angola, realizada pela família, seguia a tendência que existia em Pernambuco. Pois, com o comércio negreiro português voltado para o porto de Luanda, a região da Costa da Mina a partir da segunda metade do

² Tal prática era costume no período e visava uma divisão justa dos bens da família. Para maior aprofundamento consultar (ORDENAÇÕES FILIPINAS, liv. 5º, tit. XCIX, p. 1247).

³ Os valores identificados com * são referentes aos cativos que no momento da avaliação estavam doentes ou possuíam defeitos físicos.

XVIII teve gradativamente diminuída sua participação no comércio com Pernambuco⁴. Outro motivo pode ser encontrado no argumento fornecido por Tollenare de que os cativos vindos de Angola “eram os mais hábeis e mais convenientes para o serviço nas cidades” (TOLLENARE. 1978: p. 147.). Segundo relatos da época, a compra de cativos era realizada nas ruas, logo após o desembarque, poucos foram os senhores que cumpriram o período de quarentena que deveria ser feito na região de Santo Amaro – local que em meados do XIX passou a abrigar o cemitério público.

O momento da compra de um cativo era precedido de algumas atitudes por parte do comprador também nesta margem do Atlântico, buscando garantir o bom emprego do seu dinheiro, a mercadoria escolhida passava por uma averiguação na qual o interessado “os apalpa, toma-lhes o pulso, examina-lhes a língua, os olhos, assegura-se da força dos seus músculos, os fazia tossir, saltar, sacudir violentamente os braços”. Nas palavras de Tollenare ao falar da parte dos africanos, identificou que sempre que passava pela verificação do comprador “procura mesmo fazer valer as suas qualidades”, pois via na compra a possibilidade de deixar de ser exposto nas ruas por várias semanas (*Idem*: p. 142).

Os preços observados na avaliação dos cativos da família Brainer não divergem de outros valores encontrados para o período em outras fontes consultadas. Quando juntamos tais informações é possível realizarmos uma comparação que abarca anos anteriores, não somente no Brasil como na África, algo que enriquece nossa perspectiva de análise e pode ser revelador de algumas mudanças sociais ocorridas ao longo da segunda metade dos setecentos e início dos oitocentos. No quadro abaixo foram agrupados os dados e feitas conversões monetárias a partir da taxa de câmbio da libra esterlina, moeda da potência da época, a Inglaterra, na segunda metade do século XVIII.

⁴ No período entre 1759-1777 a entrada de escravos vindos de Angola era de 29.733, enquanto os da Costa da Mina chegavam a 7.801. O que mostra a existência deste comércio mais numa proporção de aproximadamente 4 Angolas para 1 escravo Mina. Além disso, existia um afastamento dos interesses na arrematação dos contratos reais para escravos da Costa da Mina, permanecendo tais contratos nas mãos da Fazenda Real e não na de particulares. Tais dados corroboram o que foi apresentado anteriormente por Lovejoy e por Oliveira sobre o direcionamento do comércio para região de Angola no século XVIII. Os dados para Pernambuco foram analisados por Suely Almeida e Jéssica Sousa, para um maior aprofundamento ver: (ALMEIDA; SOUSA, 2013: pp. 44-45).

Valor dos africanos na África Ocidental e em Pernambuco entre 1748 - 1814 ⁵				
Ano	Valor em Libra	Preço para África	Preço para Pernambuco	Diferença
1748-1752 ⁶	14.26	52\$250	50\$000 ⁷	-2\$250
1753-1757	12.52	46\$800	70\$000 ⁸	23\$200
1758-1762	14.07	51\$100	75\$000 ⁹	23\$900
1763-1767	16.54	59\$900	70\$000 ¹⁰	10\$100
1768-1772	17.76	64\$300	70\$000 ¹¹	5\$700
1773-1775	15.96	57\$800	70\$000 ¹²	12\$200
1783-1787 ¹³	14.80	53\$650	96\$000 ¹⁴	42\$350
1788-1792	17.60	63\$800	90\$000 ¹⁵	36\$200
1793-1797	16.80	60\$900	100\$000 ¹⁶	39\$100
1798-1802	21.00	76\$100	95\$000 ¹⁷	18\$900
1803-1807	22.30	80\$845	101\$000 ¹⁸	20\$155
1808-1814	13.90	50\$390	110\$000 ¹⁹	59\$610

⁵ Valores convertidos para contos de réis, tendo por base uma média a partir da taxa de câmbio anual da libra esterlina no período do intervalo entre 1748-1770. Nos anos posteriores tivemos por base a média da década de 1760-1769, na qual chegamos a uma taxa de câmbio de 66,2. Os valores para Pernambuco foram retirados de fontes como o AHU, testamentos e inventários (IAHGP), sempre considerando a média de valor dos escravos africanos, em sua maioria indicados como angola, excluindo os que apresentam alguma doença ou moléstia que depreciasse seu valor no mercado. As idades dos cativos variam dos 20 até 40 anos, sendo considerados homens e mulheres.

⁶ Até o ano de 1773-1775 os dados têm por base o valor convertido em libra esterlina de 1601 por Lovejoy. (LOVEJOY, 2002: p. 97).

⁷ Inventário de Rosa Maria 1751 - IAHGP.

⁸ Esse valor é cotado para escravos do serviço de engenho e domésticos, caso fossem para as Minas seu valor era de 110\$000. AHU 15, cx. 82 doc.6867.

⁹ Inventário de José de Freitas de Andrade 1762 - IAHGP.

¹⁰ Inventário de Basílio Rodrigues Seixas Junior 1763 - IAHGP.

¹¹ Inventário de Inácia dos Santos 1768 - IAHGP.

¹² Inventário Diogo José dos Campos 1777 - IAHGP.

¹³ Os preços a partir deste ano têm por base os “preços reais na costa do Atlântico” apresentados por Lovejoy. (LOVEJOY, *Op. Cit.*, p. 219).

¹⁴ Inventário de Bernardo José de Souza 1784 - IAHGP.

¹⁵ Inventário de Maria dos Prazeres 1788 - IAHGP.

¹⁶ Inventário de Micaela dos Anjos 1794 - IAHGP.

¹⁷ Inventário de José Antônio de Almeida 1800 - IAHGP.

¹⁸ O valor é retirado dos dados compilados por Vergolino e Versiani. (VERGOLINO; VERSIANI, 2002).

¹⁹ Inventário de Henrique José Pereira Brainer 1811 - IAHGP. Para este período o valor encontrado por Vergolino e Versiani sofre uma variação entre 114,9 e 114,1 mil contos de réis, já que os autores consideram o quantitativo de escravos total encontrados, o que acreditamos leva a variações que podem distorcer os valores. Em nosso caso optamos por colocar o valor de um único cativo, sempre que necessário foi considerado o mais elevado dos escravos de toda escravaria, porém, a maioria dos cativos, com exceção dos doentes, crianças e idosos possuem uma faixa de valor muito próxima. Apesar

Sobre este quadro é preciso tecer algumas considerações, que abarcam desde a sua concepção, até as digressões que surgem a partir de sua análise comparativa. Primeiramente estes valores são estimativas, tanto os apresentados por Lovejoy, que compreendem um grupo dos quais não sabemos os critérios gerais estabelecidos na fixação de seus preços, quais qualidades, portos, ou demais fatores que poderiam incidir no preço final de um cativo. Além do fato de existir uma organização que tem por base a cotação de libra esterlina, no caso dos valores na África que não é do período que o próprio Lovejoy se propõem analisar, que na tabela original começa em 1663, tendo por base a libra de 1601 (LOVEJOY, 2002: p.97).

Na coluna referente aos preços em Pernambuco, existem outras especificidades, que incidem nas avaliações feitas durante a abertura de testamentos e as fixações de preço para partilha e venda de bens. Entre estas estão às qualidades adquiridas por estes cativos africanos, afinal de contas tinham conseguido superar a travessia atlântica, foram comprados, receberam algum tipo de “formação” e conheciam a nova cultura em que estavam inseridos. Eram escravos ladinos, com artimanhas, desejos e aspirações novas que influenciavam no seu valor de mercado. Tais fatores podem explicar, por exemplo, a valorização que ocorre a partir de 1753 nos valores quando são inventariados os bens deixados por herança, para os novos proprietários as principais dificuldades de adaptação que poderiam ter os africanos já estavam superadas por boa parte destes bens.

Contudo, como não estamos falando em preços reais e sim em possibilidades, geradas a partir da conversão de moeda inglesa em valores para Portugal²⁰, não queremos criar um panorama rígido e asseverar que os preços praticados em cada período foram estes de fato, mas também não estiveram tão distantes desta realidade criada a partir de números. Assim, o nosso intuito é observar quais as variações dos preços em cada época na África e em Pernambuco, tentando materializar o significado de possuir um cativo. Uma primeira observação é que esses preços indicam que o valor do cativo africano sofria alterações ao longo dos anos, talvez

de considerar o enquadramento dado pelos autores da pesquisa muito abrangente, tomamos os seus estudos por referência e pioneirismo, mas não podemos esquecer as críticas que devem ser feitas em relação aos seus encaminhamentos, pois englobam várias escravarias, num total de 75 cativos de várias regiões de Pernambuco, onde o preço poderia variar conforme as habilidades de cada escravo. Além disso, são somados africanos e todos os demais, considerando a condição e não as origens.

²⁰ Deixo registrado o meu agradecimento ao Prof. Antônio Carlos Jucá, pela cessão de seus dados que facilitaram a conversão monetária, além das ideias frutíferas trocadas acerca dos dados compilados.

incidindo sobre estes as leis de mercado, a capacidade de suprimento e as novas necessidades que surgiram com as mudanças políticas e econômicas em Portugal na segunda metade do XVIII.

Os preços apontados a partir de 1783 mostram uma estabilização no valor dos africanos, não somente na África, como no Brasil. Uma valorização que ocorre poucos anos após o fim da Companhia de Comércio, que realizava o comércio de escravos durante o período de sua existência e que contabilizou informações sobre o processo de compra e venda de cativos, não somente para Pernambuco, mais também para o sul do Brasil. Durante os anos de 1761 e 1779 o transporte gerenciado pela Companhia trouxe da África aproximadamente 41.324 adultos, mais algumas centenas de crianças, consideradas crias e que só eram avaliadas com mais de quatro palmos de altura²¹. Deste comércio, em que eram enviados como produtos de troca, açúcar, tabaco e aguardente, entre outros, foram importados escravos de Angola e da Costa da Mina, sendo a primeira região responsável por cerca de 85% do volume transportado (RIBEIRO JÚNIOR, 2004: p.131).

Os preços apresentados por Ribeiro Junior, calculado através dos livros da Companhia, entre os anos de 1761 e 1789, foram de 46\$000 mil réis para compra na África, já inclusas todas as despesas com o transporte, armação dos navios e encargos. Já sua venda no Brasil era avaliada em 78\$000 mil réis (*Idem*), o que representa um lucro de aproximadamente 70% sob o valor gasto com a compra. Se observarmos o quadro existem diferenças tanto no preço de compra, quanto de venda, mas essa diferença não passa de 10% para os preços encontrados nos inventários entre 1762-1775. Para o primeiro quadriênio a avaliação feita pelo cativo africano é de 75\$000 mil réis, e para os demais fica em torno de 70\$000 mil réis, se aplicarmos a média dos quadriênios teremos o valor de 71\$250 mil réis pelo preço de um escravo africano nos bens herdados na época em que vigoraram os preços da Companhia, o que não distância dos preços praticados. Assim, não existia uma discrepância entre os preços praticados na época, contudo, não podemos esquecer que o perfil de abastecimento realizado pela Companhia visava às lavouras e os engenhos, o que possivelmente interferiu no preço final de cada peça. Já os cativos arrolados nos inventários faziam parte de um contexto urbano e o seu preço era diferenciado, um pouco distante dos 100\$000 mil réis que era alegado em 1778 por José César de Menezes, e

²¹ O valor de um palmo é de aproximadamente 22 centímetros. Assim, essas “crias” só eram avaliadas com quase 90 cm de altura.

mais próximo dos preços praticados pelos contrabandistas de escravos, algo em torno dos 80\$000 mil réis (*Idem*).

A partir de 1783 existe um crescimento no valor do cativo, com um lucro significativo no caso de revenda feita por algum herdeiro, superando os preços de contrabando citados anteriormente, mas ainda sem chegar aos valores citados pelo Governador. O aumento de preços pode indicar que a procura por cativos aumentou em Pernambuco ou que do outro lado do Atlântico a oferta diminuiu. Trabalhando com a primeira possibilidade é possível associarmos essa demanda devido ao crescimento da produção açucareira na Capitania de Pernambuco, ocasionada pelo incremento do valor do açúcar no mercado, que vinha crescendo ao longo da década de setenta, com isso eram necessários mais braços, seja para lavoura, para os engenhos ou na região urbana, que era o ponto final dentro de Pernambuco para onde convergiam os carregamentos de açúcar, comerciantes, negociantes e escravos, um movimento que solicitava serviços, desde os canoieiros até os carregadores, todos movidos pela produção de açucareira e o comércio de escravos²².

No início do século XIX existe certa estabilidade nos preços arrolados nos inventários, superando a casa dos cem mil contos de réis, que foi um valor encontrado para vários escravos africanos, basta lembrarmos a escravaria da família Brainer. Contudo, ocorre uma diminuição de lucro ao compararmos os preços de compra e as avaliações, mesmo assim o que se verifica para todo o período é uma estabilidade de investimento, afinal a renda seria garantida, mesmo com uma variação sobre o lucro que nem sempre chegou aos patamares dos 70% encontrados para algumas épocas.

Para materializarmos de outra forma os números apresentados, alguns objetos usados na época podem nos servir de paralelo para analisarmos o quanto significaria em termos financeiros ter um cativo e o que poderia ser comprado em seu lugar. Um bom exemplo pode ser tirado dos bens imóveis arrolados nos inventários, em que algumas casas valiam menos do que o preço de algum cativo para mesma época. Uma morada de casas deixadas por Thomé de Miranda para sua família em 1794, localizadas na Rua do Mundo Novo próximo ao Hospital da freguesia de Santo Antônio do Recife, “com quinze palmos de frente e de fundo quarenta e

²² Sobre os escravos no espaço urbano do Recife ver a obra do historiador Marcus Carvalho, *Liberdade rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822-1850*.

três”²³, foram avaliadas em duzentos mil réis. Este valor correspondia na época ao necessário para compra de dois cativos conforme as avaliações presentes nos inventários com escravos, o que indica que apesar da localização e da necessidade de moradia, possuir um escravo seria um investimento mais rentável, pois com o trabalho deste era possível acumular o necessário para comprar uma casa.

Pensando em outros pertences de valor e que configuravam entre os desejos de algumas mulheres no período colonial e até hoje, encontramos as avaliações feitas nas joias deixadas por Maria dos Prazeres em 1788. Após sua morte, compareceu diante do juiz de órfãos o viúvo José da Silva Neves, identificando-se como inventariante da sua falecida mulher, buscava ele realizar os trâmites legais para dispor dos bens deixados por ela e que tinha direitos. A lista de bens indica que Maria era uma senhora que tinha um gosto por joias, não só para si, como também para sua santa de devoção que além de ser feita no metal precioso, ainda estava adornada com duas voltas de cordão em ouro e que foram avaliados em mais de treze mil réis. Entre os outros objetos, estes que eram usados pela senhora, existiam braceletes, todos “em ouro, finos e com o peso de sete oitavas que a mil e quatrocentos reis a oitava importa em nove mil e oitocentos Réis”²⁴. Comparando seus adornos em ouro com o valor dos cativos no quadriênio da sua morte, vemos que somente com uma dezena destas peças seria possível comprar um escravo, o que ratifica ainda mais o diferencial social que possuir um cativo poderia angariar ao seu dono.

A partir dos dados que foram expostos concluímos que o papel da escravidão em Pernambuco mostra permanências encontradas para outras localidades da América portuguesa. Os cativos que existiram no Recife de outrora deram a sua contribuição para construção da sociedade colonial, cuidando de seus senhores, plantando, colhendo, fazendo alimentos, circulando pelas ruas. Usaram sua força para movimentar a engrenagem cotidiana de uma sociedade mestiça que tinha no elemento escravo uma mercadoria de grande valor, almejada por muitos e possuída por poucos.

²³ Inventário de Thomé de Miranda 1794 - **IAHGP**.

²⁴ Inventário de Maria dos Prazeres 1788 - **IAHGP**.

Referência bibliográfica

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco - IAHGP.

Inventário de Rosa Maria 1751.

Inventário de José de Freitas de Andrade 1762.

Inventário de Basílio Rodrigues Seixas Junior 1763.

Inventário de Inácia dos Santos 1768.

Inventário Diogo José dos Campos 1777.

Inventário de Bernardo José de Souza 1784.

Inventário de Maria dos Prazeres 1788.

Inventário de Micaela dos Anjos 1794.

Inventário de José Antônio de Almeida 1800.

Inventário de Henrique Jozé Brainer - 1811.

Arquivo Histórico Ultramarino 15, cx. 82 doc.6867.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SOUSA, Jéssica Rocha de. O comércio de almas: as rotas entre Pernambuco e a costa da África - 1774-1787. In: **Revista Ultramares**, nº3, vol 1, jan/jul, 2013. pp. 44-45.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo - Recife, 1822-1850. Recife: Editora UFPE, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese de professor Titular. Niterói, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala** - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª Edição. São Paulo: Global, 2006.

KLEIN, Herbert S. **O tráfico de escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004.

LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico**. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco, 1654-1760. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Econômica, USP. São Paulo: 2008.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Transversos, Rio de Janeiro, v. 02, n. 02, mar. - set. 2014. p. 108-120 |www.transversos.com.br

RIBEIRO JÚNIOR, J. **Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004.

SILVA, Gian Carlo de Melo. **Na cor da pele, o negro: Conceitos, Regras, Compadrio e Sociedade escravista na Vila do Recife (1790-1810)**. Recife. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2014.

SILVA, Leonardo Dantas. (org.) **Estudos sobre escravidão negra 1**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

TOLLENARE, L.F. **Notas Dominicais**. Recife: CEPE, 1978.

VERGOLINO, José Raimundo & VERSIANI, Flávio Rabelo. Preço de escravos em Pernambuco no século XIX. In: **Série de textos para discussão**, Departamento de Economia - Universidade de Brasília, outubro 2002.

* * *

Como citar:

SILVA, Gian Carlo de Melo. Escravidão e bens no Recife no limiar do século XIX. In: “Escravidão e tráfico de escravos como experimentação histórica” (Seção). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 02, nº. 02, p. 108-120, mar.-set. 2014. Disponível em: <www.transversos.com.br>. ISSN 2179-7528.